

INCLUSÃO: ENTRE AVANÇOS E IMPASSES

INCLUSION: BETWEEN ADVANCES AND DEAD ENDS

Roberta Silva BOAVENTURA¹

RESUMO: Este artigo aborda questões sobre a inclusão de pessoas com deficiência, fazendo considerações sobre a trajetória social e histórica dessas pessoas. Considera, ainda, a inclusão entre avanços e impasses, ou seja, a presença marcante da integração social e a tentativa do processo de ruptura avançando para a inclusão social de pessoas com deficiência. Neste artigo utilizaremos a expressão pessoas com deficiência que segundo a Declaração de Salamanca (1994) serão utilizados termos pessoa com deficiência, e pessoa sem deficiência. A inclusão está ligada ao direito de todos a escola e sociedade inclusivas. **UNITERMOS:** Inclusão, inclusão social; integração; pessoas com deficiência.

ABSTRACT: This article addresses questions about the inclusion of persons with disabilities, making relevant considerations on the social historical trajectory of these people. It even considers the inclusion between advances and dead ends, namely the marked presence of social integration and the attempt of the process collapse towards social inclusion of persons with disabilities. Here we use the term disabled persons that according to the Declaration of Salamanca (1994) such words will be used: “disabled person” and “person with disabilities”. Inclusion is attached to the right to school and inclusive societies for all. **UNITERMS:** inclusion; social inclusion; integration; disabled person.

¹ Graduação e Especialização em Serviço Social pela Unimar, Mestre em Educação pela UNOESTE e docente do Curso de Serviço Social da Unimar.

1. Conceito da pessoa com deficiência: alguns momentos históricos

Na Antiguidade, a pessoa com deficiência era tratada como delinqüente, ou seja, aqueles que apresentavam deficiências físicas, mentais ou sensoriais, eram vistos como possuidores de forças malignas e negativas e, portanto, um mal para a sociedade.

Na China, pessoas com deficiência auditiva eram lançadas ao mar; em Atenas, abandonados em florestas distantes, sem possibilidades de retorno; em Gália, eram sacrificados das mais severas formas.

Nas Cruzadas - século XI até o fim da Idade Média entre o século XIV - eram chamados “leprosos”, ou seja, os pobres, as prostitutas, as pessoas com deficiência. Essas pessoas eram afastadas da sociedade, pois representavam uma ameaça para a ordem pública. Tal afastamento se dava com a saída do deficiente da cidade ou da comunidade em que estivesse. Além disso, ainda nesse período aconteceram apedrejamentos, torturas e perseguições.

Segundo Foucault (1994), os hospícios criados nos séculos XV e XVI na Europa, principalmente na própria Espanha e na Itália, não eram utilizados com fins terapêuticos. Na verdade, eram verdadeiros depósitos de pessoas, utilizados com o objetivo de excluir a pessoa com deficiência.

Nesse sentido, ainda nos séculos XV e XVI as pessoas com deficiência, tidas como delinqüentes, passaram a ser vistas como doentes, incapazes, alienadas, e ainda, um perigo para a sociedade, simplesmente pelo fato de serem diferentes, sendo assim. Eram consideradas anormais.

Carlo afirma:

[...] ‘seres anormais’ e que suscitavam repulsa ou temor-indigente, criminosos, vagabundos, prostitutas, loucos, etc - foram rechaçados, pois eram considerados perigosos e incapazes de manter-se na comunidade, e repovoaram os antigos leprosários da Idade Média. (CARLO, 2006, p.137)

Essas pessoas com deficiência, vistas como anormais, eram isoladas em asilos, sem fins terapêuticos, com o objetivo de manter a ordem na sociedade, pois não correspondiam aos padrões vigentes

dessa sociedade. O encarceramento dessas pessoas não se devia a nenhuma patologia, mas sim ao desejo de preservar a ordem pública e a moral da sociedade.

Com a Revolução Francesa, aconteceram algumas alterações em relação ao tratamento de pessoas com deficiência. Os fins ainda não eram terapêuticos e educativos, mas relacionados a aspectos religiosos de caridade.

Ainda no século XIX e XX, usaram a esterilização de mulheres que geraram “seres imperfeitos”, sendo assim, chegaram a esterilizar cinquenta mulheres por cada homem. O mesmo também aconteceu na época do nazismo hitleriano onde foram eliminados cem mil anormais nas clínicas eugênicas.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o surgimento da Lei dos Direitos Humanos, houve a valorização da pessoa com deficiência, considerada possuidora de direitos como qualquer outro cidadão.

O termo *pessoa* é a característica do indivíduo dotado de personalidade. Às pessoas, como sujeitos de direitos, é que são reconhecidas as faculdades ou poderes de ação. Pessoa é ente a que se atribuem direitos e deveres. Todo ente humano é pessoa. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Com as organizações como ONU, UNESCO, OMS, OCDE, o paradigma de inclusão foi sendo disseminado. Com a evolução do conhecimento médico, psicológico, pedagógico e científico, foram ocorrendo transformações consideráveis em relação às atitudes e aos preconceitos contra a pessoa com deficiência. A década de 1990 e a primeira década do século XXI estão sendo marcadas por eventos mundiais liderados por organização de pessoas com deficiência que se mobilizam para lutar pelos seus direitos.

1.1 Integração versus inclusão

Os conceitos de Integração e a Inclusão em alguns casos são confundidos ou considerados o mesmo, pois a sociedade passa um processo de transição da integração para a inclusão. Na verdade,

integração e inclusão não são sinônimos, possuindo algumas distinções entre si.

Segundo Sasaki:

[...] a integração significando inserção da pessoa com deficiência preparada para conviver na sociedade e a inclusão significando modificação da sociedade como um pré-requisito para a pessoa realizar seu desenvolvimento e exercer a cidadania. (SASSAKI, 2005, p. 22)

Com esse significado, durante os últimos cinqüenta anos, em relação à pessoa com deficiência, preconizou-se o paradigma de integração como vigente em seu contexto histórico.

As pessoas com deficiência eram simplesmente inseridas no contexto social, ou seja, a deficiência era problema do indivíduo que deveria adaptar-se à sociedade e buscar formas para ser aceito como cidadão.

A ação da sociedade na integração ocorreu e ainda ocorre de duas formas:

1) Pela simples inserção de pessoas com deficiência em espaços sociais diversos para se relacionarem apenas com outras pessoas deficientes. Os ambientes são separados, e os horários são específicos. Tudo isso para que eles não se relacionem com os “normais”.

2) Inserção na sociedade com os “normais”, mas fazendo as pessoas com deficiência adequar-se à realidade, superando barreiras físicas e até atitudes discriminatórias, já que a sociedade não realiza nenhuma modificação para recebê-los.

Assim, para ser integrada a pessoa com deficiência devia e em alguns casos ainda deve:

- a) moldar-se aos padrões exigidos pela sociedade, aceitando permanecer em escolas e salas especiais;
- b) acompanhar o desenvolvimento normal da sociedade de trabalho, escolarização, mesmo com todas suas necessidades individuais;
- c) contornar dificuldades quanto ao espaço físico, transporte, entre outros e;
- d) lidar passivamente contra atitudes discriminatórias da sociedade como rótulos e estigmas.

As pessoas com deficiência têm, pois, que superar todas as dificuldades existentes para conviver em sociedade. Dificuldades de acesso à escola, aos clubes, à empresa; enfim, a lugares públicos em geral.

A sociedade não se preocupava e, de certa forma, ainda não se preocupa com as dificuldades enfrentadas por esses cidadãos em seu cotidiano. Isso leva a uma sociedade somente para os considerados “perfeitos” a conviver no espaço físico e social desenvolvido para os “normais”.

Dessa forma, de acordo com Sanches (2005), a integração isola socialmente qualquer pessoa que apresente alguma diferença. Cita-se o exemplo não incomum de aluno que poderia estar socializado em uma escola, porém está totalmente isolado dos demais colegas e da professora durante as aulas, por não ter possibilidades de participar das atividades propostas.

O autor afirma que, no processo de integração, o problema de dificuldade de aprendizagem é totalmente associado ao aluno, não considerando aspectos do cotidiano escolar, as atividades propostas, as formas de avaliações seletivas, entre outras. Segundo o autor esse modelo é voltado para a perspectiva médica e psicológica, não considera aspectos sociais nem a responsabilidade da escola como educadora de seres humanos.

Por isso, para a ruptura deste processo de integração, deve-se disseminar o conceito de inclusão, a partir de atitudes que não afirmem a dificuldade de aprendizagem como problema do aluno, mas

que considerem como co-responsável toda a dinâmica escolar: a sala de aula, enfim todos os relacionamentos no ambiente escolar.

O conceito de inclusão passou a ser considerado com clareza, na década de 1990, principalmente com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o primeiro documento internacional a abordar claramente o conceito de inclusão, com ênfase na inclusão escolar.

Segundo a Declaração, a inclusão não é somente para pessoas com deficiência, mas para todos os cidadãos, no ambiente escolar ou não. Por isso, trata-se de uma educação para todos.

Segundo Ferreira (2005) a inclusão apresenta quatro elementos importantes:

- é um processo contínuo que nunca terá fim, pois sempre existirão pessoas em situação de exclusão;
- está relacionada à identificação com seu espaço e à eliminação de barreiras;
- está relacionada à participação e à aquisição, ou seja, participação de todos alunos em todas atividades;
- enfatiza os alunos em situação de exclusão por necessidades especiais e dificuldades de aprendizagem, mas está voltada para todos os alunos.

Nas palavras do autor:

Inclusão – há uma concordância- pressupõe uma escola com uma política participativa e uma cultura inclusiva, onde todos os membros da comunidade escolar são colaboradores entre si, ou seja, apóiam-se mutuamente e aprendem uns com os outros [...]. (FERREIRA, 2005, p.44)

A inclusão é oposta ao modelo de integração, é contra o processo de segregação, no qual a pessoa deficiente deve integrar-se à sociedade, aceitar suas imposições e ações discriminatórias e permanecer exclusivamente em escolas de educação especial.

Ao contrário da integração, a inclusão está voltada para a participação de todos alunos na escola regular. Nesse sentido, a instituição deve se organizar para atender as necessidades de cada um de seus alunos quer ele tenha deficiência ou não.

A inclusão é composta por atitudes práticas, conscientes e plenas de valores humanos e solidariedade.

Durante cinqüenta anos na perspectiva integrativa, a realidade escolar foi discriminatória com a dicotomia entre serviços oferecidos, os profissionais e os alunos que freqüentavam a escola regular e escola especial. Dessa última, participavam apenas alguns pais e algumas instituições beneficentes, que se organizavam para garantir educação especial à pessoa deficiente.

Se a pessoa deficiente fosse colocada na escola comum, era vista apenas como mais um aluno em sala de aula, não sendo trabalhadas e valorizadas suas diversidades e potencialidades.

Na escola comum, a pessoa com deficiência deveria se adequar à realidade do cotidiano escolar para nele permanecer, caso contrário era encaminhada para escolas especiais e excluída da possibilidade de convívio com os demais alunos.

Quando permanecia na escola regular, seu aprendizado era parcial, unilateral, não correspondendo às suas necessidades e expectativas. Isso desestimulava o aluno e, na maioria das vezes, levava ao abandono escolar.

Para evitar esse abandono, a pessoa com deficiência deveria moldar-se ao modelo vigente para ser aceito ou tolerado. Deveria responder às expectativas normais da escola. Além disso, tinha que lidar normalmente com todas as dificuldades encontradas no ambiente físico e aceitar como normais atitudes preconceituosas e discriminatórias, pois a visão vigente é de que “aquele que apresenta problemas tem que se adequar à realidade”.

Diante dessa realidade, as responsabilidades e esforços para participar da sociedade eram quase exclusivos da pessoa com deficiência ou, em alguns casos, de familiares ou algumas pessoas. A sociedade, porém, permanecia inalterável e inflexível diante do problema.

Com o passar das décadas, surgem documentos internacionais como o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (1994) abordando aspectos da vida humana e educação e a Declaração de Salamanca do mesmo ano, a qual aborda a educação inclusiva.

A partir da publicação desses documentos, há a preocupação de conscientizar a sociedade sobre seu papel. Para tanto, dissemina-se o conceito de inclusão e não mais somente o de integração, embora o modelo de integração ainda esteja presente nas relações sociais, principalmente nas escolares.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, considerada Constituição Cidadã, assegura a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Artigo 206 e 208) e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Lei nº 8069 de 13 de Julho de 1994 assegura os direitos e deveres da criança e do adolescente.

A inclusão vai além da integração. A inclusão objetiva que a sociedade esteja apta a receber a pessoa com deficiência, sendo co-responsável pelo processo de inclusão, o qual não é mais apenas responsabilidade da pessoa com deficiência, mas de todos os membros da sociedade.

A inclusão, para Sanches (2005), corresponde ao conceito contemporâneo de integração, mas esse é um processo de ruptura com a integração.

A gênese da inclusão está relacionada à integração. Por isso, a necessidade da consciência de diferenciar a inclusão da integração, pois o processo de inclusão é mais dinâmico que olha para todos os cidadãos, valoriza suas diversidades e incentiva a participação de todos na sociedade.

Sassaki ensina que:

[...] a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluía[m] certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas. (SASSAKI, 2005, p. 21)

Dessa forma a sociedade deve acolher a pessoa com deficiência e não apenas tolerá-la. A sociedade deve considerá-la capaz como qualquer outro cidadão e aceitar que ser diferente é o normal.

Segundo Ferreira (2005), a inclusão é um processo contínuo que nunca será terminado, pois, sempre existirá pessoa em situação de exclusão. De exclusão social a física.

Para incluir a pessoa com deficiência, a sociedade deve ser modificada desde a reforma de estruturas físicas ao mais importante, a eliminação de atitudes discriminatórias, apresentada em rótulos e crenças a respeito do cidadão com necessidades especiais.

Percebemos, dessa forma, que existem pontos importantes para a distinção entre integração e inclusão.

Quadro: 1 Comparativo inclusão x integração

Integração	Inclusão
A pessoa com deficiência deve preparar-se e adequar-se para a sociedade;	A sociedade deve adaptar-se para atender as necessidades da pessoa deficiente, para ela exercer sua cidadania;
Pessoas deficientes são isoladas em centros de educação especial;	Todos os alunos têm o direito a estudar na mesma escola, com necessidades especiais. O dever da escola é atender a suas necessidades individuais e grupais;
Não há preocupação com a qualidade da educação oferecida aos alunos quando integrados na escola regular. Apenas com o fato de que estejam matriculados nesta escola;	Volta-se para a qualidade do ensino/ aprendizagem, tanto nas questões teóricas, técnicas, quanto nos aspectos de desenvolvimento e formação de cidadãos responsáveis;
O fato de “colocar” a pessoa em ambientes escolares, sociais e de trabalho é uma atitude de exclusão;	A pessoa deficiente participa da sociedade como um todo, relaciona-se, enfim, é parte da sociedade;

Quadro: 2 Resumo das diferenças entre integração x inclusão

Integração	Inclusão
Competição	Cooperação/ solidariedade
Seleção	Respeito às diferenças
Individualismo	Comunidade
Preconceitos	Valorização das diferenças
Visão individualizada	Visão Coletiva
Modelo técnico-racional	Pesquisa reflexiva

1.2 Inclusão

Segundo Sasaki (1999), a inclusão é um processo no qual ocorre uma adaptação mútua entre sociedade e pessoas com deficiência, com o objetivo de minimizar as desigualdades e possibilitar oportunidades equiparadas para todos, mas essa adaptação tem ênfase na responsabilidade da sociedade.

A inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, etc) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida. (SASSAKI, 1999, p.167-168)

Machado (2005) traz alguns fundamentos da inclusão:

- Alteridade: fundamenta que no processo de inclusão temos que reconhecer e valorizar as possibilidades do outro, as qualidades, independente das diversidades existe possibilidades de emancipação.
- Identidade: fundamenta que no processo de inclusão que cada ser humano deve ter sua identidade valorizada, respeitada. Sendo assim, a identidade é construída pelas diferenças e individualidades.
- Igualdade: fundamenta que no processo de inclusão. A igualdade não deve ser a busca pela igualdade entre os seres humanos, mas a igualdade dos direitos de todos seres humanos, porque ser humano implica ser diferente, pois cada ser humano é único.
- Incompletude: fundamenta que no processo de inclusão deve ser considerado que o ser humano está em constante evolução, que nunca estará pronto e acabado. Sendo assim, não existe um ser humano completo, mas sempre em constante construção.

Nesse sentido, a inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, elas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Trata-se de um processo bilateral no qual as pessoas com deficiência e a sociedade buscam minimizar as diferenças, visando a efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve conscientizar-se de que é possível atender às necessidades de seus cidadãos, para que todos possam ter acesso a seus direitos igualmente.

A prática da inclusão propõe seguintes princípios:

- aceitação das diferenças individuais;
- valorização de cada pessoa;
- a convivência dentro da diversidade humana;
- a aprendizagem por meio da cooperação.

O processo de inclusão propõe a valorização, respeito, aceitação de todos, considerando as diferenças como intrínsecas ao ser humano. As diferenças são atributos e não como obstáculos e valorizando a diversidade para o enriquecimento da sociedade.

Esse processo de inclusão significa atitudes diárias positivas, solidárias, que sejam contra atitudes discriminatórias, que incentivem pessoas com deficiência à busca pelo acesso a seus direitos como um cidadão detentor de direitos e deveres.

Segundo Burke e Sutherland (2008), para que o processo de inclusão possa acontecer e ter sucesso as atitudes diárias de todos seres humanos principalmente dos que atuam no ambiente escolar são essenciais, atitudes positivas, de valorização e respeito às potencialidades do outro.

Para eles,

São estas atitudes que determinarão o sucesso dos estudantes com necessidades especiais nas salas regulares, bem como o sucesso da inclusão em geral. Todo estu-

dante merece ter toda chance possível de obter sucesso (BURKE; SUTHERLAND, 2008, p. 171)

Segundo Sanches (2005), a inclusão visa a um processo de educação para todos que participam do cotidiano escolar, que atenda as necessidades escolares dos alunos e de desenvolvimento de características sociais, pessoais ou psicológicas.

Dessa forma, é necessário que todo aluno tenha reconhecido seu direito à educação como cidadão aceito, valorizado no ambiente escolar, sem atitudes discriminatórias.

É necessária a participação efetiva de todo cidadão em sua sociedade, respeitado e valorizado em sua comunidade, como membro fundamental da comunidade, não apenas como um simples integrante.

Entretanto, para que a inclusão realmente aconteça existe a necessidade de mudanças de atitudes. Essas atitudes devem estar embutidas de valores e princípios éticos que valorizem o ser humano, que respeitem seus direitos.

Na inclusão o aluno deve pertencer à escola, participar dela. Por isso, pode-se afirmar que a inclusão está envolvida por atitudes solidárias, acolhedoras para todo ser humano.

A inclusão, é um processo social, porém, para se efetivar, requer demandas práticas, ações e atitudes inclusivas de respeito e valorização ao ser humano. Atitudes muito importantes, principalmente, no contexto escolar.

A inclusão não é, todavia, um processo simples, fácil, nem rápido, mesmo com legislação moderna, faltam atitudes embutidas de valores e princípios, ações éticas, que visem à inclusão do cidadão.

Por isso, ainda são muito presentes em nossa sociedade atitudes de integração, pois ela esteve presente durante muito tempo, principalmente, nos ambientes escolares. Existe, pois, a necessidade de disseminar a inclusão e seus benefícios.

Para que possa ser disseminado o conceito de inclusão, é necessário que a escola a sociedade como uns todos estejam cientes de seu papel, suas responsabilidades como educadores e formadores de cidadãos.

A ruptura é um processo lento, porém, necessário para atender as demandas vigentes nas escolas, e, assim, atender as reais necessidades do alunado. Só assim o aluno se sentirá parte, ou seja, incluído na escola.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. L. et al. *Inclusão: compartilhando saberes*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARBOSA, A. J. G.; AZEVEDO, P. R.; CASELATTO, P. Atitudes dos pares em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais: socialização e inclusão escolar. In: MANZINI, J. E. *Inclusão do aluno com deficiência na escola: os desafios continuam*. Marília: ABPEE/FAPESP, 2007.

BRASÍLIA. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*, n. 9394 de 20/12/1996.

CARLO, M. M. R. P. Os processos interativos no desenvolvimento humano e a questão da (dês) institucionalização das pessoas com deficiência. In: MANZINI, E. J. *Inclusão e acessibilidade*. Marília: ABPEE, 2006.

GADOTTI, M. *Pensamento pedagógico brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

JERÔNIMO, D. L. M. A inserção do aluno com necessidades educacionais no ensino regular: desafios e perspectivas. *Revista de Educação MÁTHE-SIS*, v. 7, 2006.

MACEDO, L. *Ensaio pedagógicos: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2005.

MANZINI, J. E. Desafios da inclusão do aluno com deficiência na escola. In: _____. *Inclusão do aluno com deficiência na escola: os desafios continuam*. Marília. ABPEE/FAPESP, 2007.

SASSAKI, R. K. *Inclusão construindo uma sociedade para todos*. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

